



SINDCON-MG

TRABALHO & CIDADANIA

Setembro de 2016



TRABALHAR É O MELHOR NEGÓCIO!



Sindicalistas com o ministro do Trabalho em BH

O Brasil ficou paralisado esperando o impeachment

Quebradeira geral, falta de investimentos, demissões em massa. O País parou esperando o impeachment como solução do caos. **Página 2**

DESEMPREGO MONSTRUOSO

IBGE aponta massa de 12 milhões de desempregados

Empresários discutem a superação da crise

O lema do Encontro Estadual é desafiador: “A Caminho da Superação”. Sob esta perspectiva o Sincodiv-MG promoveu seu 12º Encontro Estadual, realizado em 15 de setembro, no Hotel Ouro Minas.

Com palestrantes de peso, como o diretor de Relações com o Mercado de Divisão Educacional da Fenabreve, Valdner Papa e o economista e ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luiz Carlos Mendonça de Barros, o encontro foi dominado pela abordagem de um novo tempo de mudanças mercadológicas e a necessidade de instrumentos tecnológicos de venda atualizados para clientes potencialmente conectados pela mídias sociais. O diretor de Relações com o Mercado de Divisão Educacional da Fenabreve, Valdner Papa, afirmou que “teremos grandes mudanças nos próximos cinco anos que não aconteceram nos últimos 50 anos” e que “as lojas se transformarão em centros comerciais de negócios”, com mudanças no atendimento, que passará a ser personalizado, com lojas e showroom menores e



mais tecnológicos”. Observou que “essa tendência inclusive já é observada em centros como o Japão e EUA”.

Sempre apontado por nós como um dos graves problemas, que inibe as

vendas, a taxa de juros foi abordada pelo economista Luiz Carlos Mendonça de Barros. Aposta que a taxa deve baixar ainda neste ano e projetando uma recuperação do setor para 2017, esperando uma evolução positiva do PIB de 2% em 2017. Alerta, no entanto, que uma recuperação consistente só acontece num patamar de PIB de 4%, que reflete melhor para a recuperação de fato no setor automotivo.

O evento teve a presença do CEO da Netshoes, Renato Mendes, que apresentou a história da empresa e deu uma aula de como utilizar as redes sociais para vender, atender clientes e construir marcas. Especialista em vendas e um dos conferencistas mais requisitados do país, Cláudio Tomanini, deu palestra motivacional falando sobre vendas em tempos de crise.

Em Belo Horizonte no último dia 22, o ministro do Trabalho e Emprego, Ronaldo Nogueira, procurou acalmar os trabalhadores de que não haverá traição aos nossos direitos. Confirmou que mudanças na legislação trabalhista poderão acontecer no segundo semestre de 2017, depois de ampla discussão com os trabalhadores e centrais sindicais.

Afirmou que a prioridade agora é o combate do déficit fiscal e a retomada dos investimentos. Repetiu várias vezes que o País precisa de uma «concertação e pacificação» e afirmou que foi mal interpretado sobre informação de ampliar jornada para 12 horas diárias, que não seria louco de propor uma coisa dessas, lembrando sua origem humilde e conhecer as graves dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores. **Página 3**

Espera pelo impeachment represou a economia RECUPERAÇÃO SÓ ACONTECE COM TRABALHO

Gerson Fernandes - Presidente do SINDCON-MG

A paralisia endêmica que contaminou a economia brasileira desde o início do segundo mandato de Dilma Rousseff varreu os empregos e a atividade produtiva no País. O clima de instabilidade política e rumos incertos para investimentos levaram a classe empresarial a meter o pé no freio, vender ativos e cortar custos, instalando uma crise econômico social sem precedentes, marcada pela quebra de geral e demissão de milhares de trabalhadores.

A expectativa seguinte é que o caos seja revertido pelo novo presidente empossado, sabendo de antemão, que ele herda um passivo gigantesco de problemas. Pelo tamanho do rombo encontrado é de imaginar que demandará algum tempo o caminho da recuperação econômica, mas entendendo que algumas medidas de impacto devam ser tomadas para reativar os mecanismos produtivos. A fórmula utilizada em 2008 através da isenção de IPI para a produção de veículos e eletrodomésticos movimentou a engrenagem de uma cadeia produtiva vital em nosso País.

Os incentivos para a indústria de veículos garante milhares de empregos nas montadoras, nas autopeças, na indústria siderúrgica, na mineração e em vários segmentos da cadeia

produtiva, chegando às concessionárias com a possibilidade de preços menores, além de facilitar as compras com a expansão do crédito. Esta engrenagem gera empregos, maior arrecadação de impostos pelo maior volume de vendas e ressuscita um bom nível de empregabilidade.

A necessidade premente de recuperar a economia não poderia ser conciliada com uma política de dificultar a geração de empregos, situação vivida hoje em pleno caos social. Não se justifica qualquer iniciativa de adotar medidas impactantes de arrocho nos salários e eliminação de direitos trabalhistas, que repercutiriam em menor volume monetário em circulação, o que resultaria também em aumento de preços nos produtos que ficariam mais escassos e com pouca gente com poder de compra.

Precisamos urgente de reinvestimento produtivo e melhoria do nível de renda, para gerar o consumo que abre novas frentes de trabalho. A proposta para recuperar nossa economia só tem um caminho: o trabalho.



Repouso Semanal Remunerado:

OUT 24%

NOV 25%

**TRABALHO E
SINDCON-MG
CIDADANIA**

Sindicato dos Empregados em Administradoras de Consórcios,
Vendedores de Consórcios, Empregados e Vendedores em
Concessionárias de Veículos, Distribuidoras de Veículos e
Congêneres no Estado de Minas Gerais.

DIRETORIA EXECUTIVA

Gerson Fernandes
Presidente

José Eustáquio
Diego Gonçalves
Daniel Reis
Andréia de Souza
Antônio Coelho

Manoel Borges
Marcos Vinicius
Frederick Santos
Willian Ferreira



Jornalista
Walter Freitas

Diagramador -
Alison Christian

Tiragem: 5.000

Ministro desmente ameaças a direitos trabalhistas

É BOM FICAR COM AS BARBAS DE MOLHO!

A pressão do movimento sindical em todo o País fez o Governo Temer repensar o pacote de ameaças a direitos trabalhistas anunciado pela imprensa antes mesmo de concluído o processo de impeachment.

Segundo informações do ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, a proposta de reforma trabalhista deve ficar para o segundo semestre de 2017. Durante encontro com lideranças sindicais em Belo Horizonte, dia 22 último, o ministro afirmou que a prioridade agora do governo é o ataque à crise fiscal e retomar o crescimento.

O ministro do Trabalho repetiu diversas vezes o propósito do governo de “concertação e pacificação” do País. Procurou desmentir qualquer discussão de retirada de direitos e que houve muita confusão quando teria sido mal interpretado, ao defender os acordos coletivos, citando como exemplo jornadas de 12 por 36, praticadas em muitas categorias. “Nunca esteve na mesa proposta de jornada de 12 horas diárias de trabalho”, afirmou. Lembrou que o “trabalhador tem consciência do que precisa ser feito para superar a crise através da força do trabalho”, garantindo que “o trabalhador não vai ser surpreendido”, que “em hipótese alguma o trabalhador será traído”. Segundo ele, “é necessário que os investidores vejam o Brasil com segurança, como uma terra boa para investir”, que “o consumo mova novamente a engrenagem da produção”.

Recuperar a economia só pode acontecer com uma retomada da produção e para isto é necessário atividade produtiva, ou seja, trabalho. Definitivamente não seria



com ameaças às condições de trabalho e aos direitos dos trabalhadores que a economia poderia ser revitalizada.

Postura de luta

Devemos ressaltar, no entanto, que esta visão não significa simplesmente que o governo enxergou esta realidade. O adiamento das ameaças sobre os direitos acontece, na verdade, em função de uma pressão forte do movimento sindical contra a tentativa de desmanche dos direitos estabelecidos na Consolidação das Leis do Trabalho

(CLT). A intenção declarada do governo e apoiada amplamente pelas empresas e pela grande imprensa aponta para a “flexibilização das leis trabalhistas”, diminuindo o que os patrões gastam nas folhas de salários. Com isto, os patrões tentam pregar que poderiam contratar mais trabalhadores, mas os sindicatos rebatem com a afirmação de buscarem arrochar salários para aumentarem seus lucros. Isto foi praticamente provado na crise de 2008, quando a indústria automotora recebeu todos os

incentivos possíveis do governo, sobretudo ao IPI zero, mas não apresentaram nenhuma contrapartida em termos de investimento ou de evolução no número de contratados. Venderam carros como nunca. Encheram os cofres e praticaram todo tipo de pressão, como férias coletivas, demissões em massa, inclusão no Programa de Proteção ao Emprego (PPE), com dinheiro do governo (dos trabalhadores) pagando parcela dos salários.

A resposta do governo à pressão do movimento dos sindicatos apenas adia propostas de mudanças na legislação trabalhista, conforme o ministro, para o segundo semestre de 2017.

AMEAÇAS AOS DIREITOS ANUNCIADAS NA IMPRENSA

Mudanças drásticas na Previdência Social, estabelecendo idade mínima de 65 anos, igualando-a para homens e mulheres, ampliando tempo de contribuições, também ampliando tempo de contribuições para aposentadoria por idade;

Divisão de horas de trabalho na semana deve ser flexibilizada. Ministro de Temer chegou a falar em ate jornada de 12 horas diárias de trabalho;

Novas modalidades de contratação: por produtividade (serviço específico prestado) e por hora trabalhada

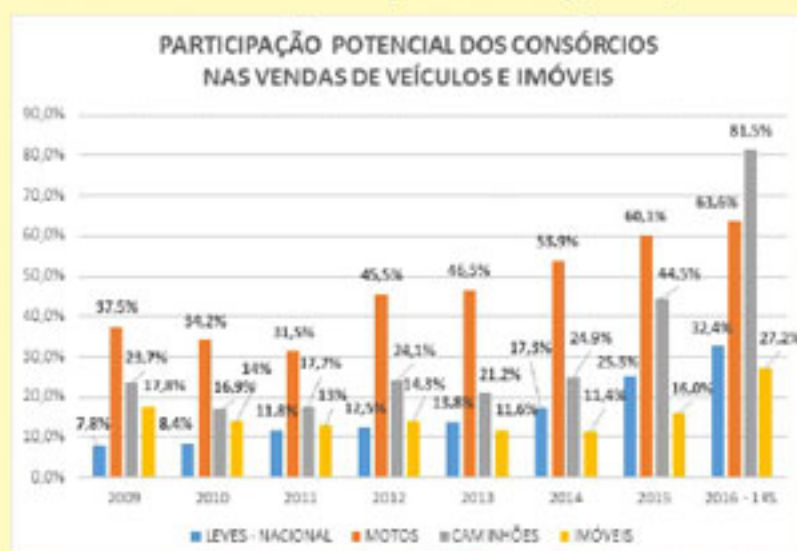
Possibilidade de vínculo do trabalhador com mais de uma empresa

Prestigiar direitos estabelecidos em negociação coletiva sobre os celetistas, o que exige fortalecimento dos sindicatos para não perder direitos;

Ampliação do PPE (Programa de Proteção ao Emprego), preocupação que não afasta a continuidade da crise em curto tempo.

CONSÓRCIOS EM ALTA

Os resultados dos consórcios já mostram claramente uma recuperação, que confirmam o potencial do setor. A Abac demonstra o crescimento das vendas de cotas nos últimos sete meses, com o volume de adesões 10% maior no último trimestre, garantindo a estabilidade no total de 7 milhões de consorciados.



Os créditos comercializados chegaram a R\$ 42,57 bilhões (jan-jul/2016), 15,7% menor que os R\$ 50,47 bilhões (jan-jul/2015). Os créditos concedidos totalizaram R\$ 23,09 bilhões (jan-jul/2016), 3,1% inferior aos R\$ 23,83 bilhões (jan-jul/2015).



NEGOCIAÇÕES COLETIVAS EMPERRAM EM TODO O PAÍS

Apenas 24% das negociações salariais terminaram com ganho real para os trabalhadores

Apenas 24% das 304 negociações dos reajustes salariais de trabalhadores brasileiros feitos no primeiro semestre de 2016 resultaram em aumentos reais de salários, de acordo com balanço divulgado pelo Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Economicos.

Outros 37% tiveram aumento salarial com valor igual à inflação e 39% obtiveram reajuste abaixo da inflação. Entre todas as negociações, 11% resultaram em perdas de até 0,5% e 29% em perdas de até 2%.

Segundo o balanço do Dieese, aproximadamente 74% dos reajustes salariais analisados foram pagos integralmente e 25% em duas ou mais parcelas. Os percentuais são próximos dos observados no segundo semestre de 2015, quando 75% foram pagos integralmente e 23,8% parcelados. Com relação ao pagamento de abonos salariais, o balanço indica que os patamares não se alteraram. Já os reajustes escalonados subiram 24% com relação ao período de 2012 e 2015, usado nesta comparação.

Desemprego sobe ainda mais e atinge 11,6%

Resultado apurado pelo IBGE no trimestre encerrado em julho é o maior desde 2012 e mostra 11,8 milhões de pessoas desempregadas



Pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que o desemprego se acelerou ainda mais e atingiu 11,6% no trimestre encerrado em julho. No mesmo período do ano passado, a taxa de desemprego era de 8,6%. Isto significa um aumento de 37,4% de desemprego na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, que representa mais 3,2 milhões em apenas um ano. O número de desempregados subiu para 11,8 milhões de pessoas, 400 mil pessoas acima do registrado em abril.

Os números apurados agora são os piores desde 2012. No semestre encerrado em abril de 2016, a taxa de desemprego